



Tribunal de Contas

ESTADO DE PERNAMBUCO

INFORMATIVO

QUINZENAL - Nº 530

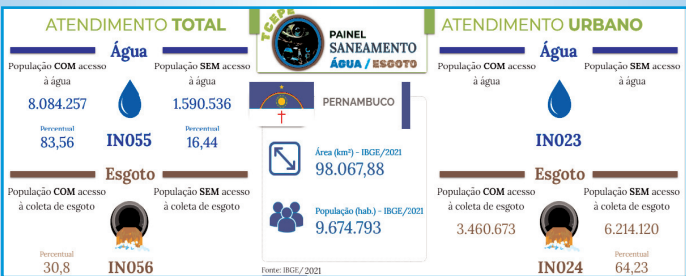
Painel de Saneamento

FOTO: ADOBESTOCK

O Tribunal de Contas elaborou um estudo que traça um panorama sobre a situação de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto em Pernambuco. O saneamento é um dos temas previstos no atual Plano de Fiscalização do TCE. O painel foi feito com base no diagnóstico do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, do Ministério das Cidades, referente a 2021.



De acordo com o levantamento, apenas 30,8% da população do Estado dispõem de serviços de coleta de esgoto, enquanto que 83,56% têm acesso à água. Os números estão abaixo das médias nacionais que são de, respectivamente, 55,81% (esgoto) e 84% (água). No Recife, os serviços de água e esgoto são disponibilizados a 96,43% e 44,99% da população, respectivamente. Os piores cenários referentes ao acesso à água foram encontrados nas cidades de Santa Cruz da Baixa Verde (1,5%), Paratama (12,02%), Jupi (15,61%), Jataúba (20,12%) e Casinhas (22,31%). Dentre as informações disponíveis sobre esgoto, os piores cenários são dos municípios de Camaragibe (1,11%), São João (1,46%), Igarassu (4,10), Arcoverde (5,01%) e Goiana (7,56%).



Outro estudo apontou que 144 municípios, e o distrito de Fernando de Noronha, ainda não elaboraram os planos municipais de saneamento básico, uma exigência legal para acesso a recursos públicos federais nesta área. Em relação aos Planos Regionais de Saneamento Básico, o levantamento do TCE destacou que apenas 49 cidades cumpriram o compromisso, o mesmo cenário encontrado no ano passado.

Compromisso da gestão

O TCE começou a assinar Termos de Ajuste de Gestão (TAGs) com os prefeitos dos municípios, como ação de desdobramento das fiscalizações que avaliaram o transporte escolar oferecido pelos 184 municípios de Pernambuco. Os termos trazem prazos e medidas a serem adotadas pela

gestão para aprimorar a qualidade do serviço, entre elas, a regulamentação, seguindo as normas e diretrizes da legislação de trânsito, a implantação de sistemas de rastreamento veicular e de gestão do transporte escolar, e a realização da vistoria semestral obrigatória junto ao DETRAN-PE.

Pacto pela Primeira Infância

FOTO: TJPE

O presidente Ranilson Ramos participou de um evento promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco para celebrar os quatro anos do Pacto Nacional da Primeira Infância no Estado. O encontro teve como objetivo disseminar e compartilhar as boas práticas destinadas



ao aprimoramento da atenção à primeira infância, desenvolvidas no Estado. O Pacto Nacional pela Primeira Infância é um conjunto de ações que visam à proteção do interesse da criança, firmado entre o Conselho Nacional de Justiça e diversos segmentos que integram a rede de proteção à infância no Brasil.

Consulta sobre doação a instituições

A prefeita da cidade de Jaqueira encaminhou consulta ao TCE sobre a doação de valores ou alimentos para instituições comunitárias, filantrópicas ou confessionais de educação. O relator do processo, conselheiro Valdecir Pascoal, com base em parecer do Departamento de Controle Externo da Educação e Cidadania do TCE, respondeu que é possível o emprego de recursos públicos para doação a instituições, desde que preenchido alguns requisitos. Para saber os detalhes acesse o site tce.pe.gov.br.

www.tce.pe.gov.br

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Diretoria de Comunicação | 81 3181.7671 | imprensa@tce.pe.gov.br

Ouvidoria | 0800 081 1027